

**A EDUCAÇÃO POPULAR A PARTIR DOS ESCRITOS JORNALÍSTICOS DE ANTONIO
GRAMSCI (1916-1918)**

**LA EDUCACIÓN POPULAR A PARTIR DE LOS ESCRITOS PERIODÍSTICOS DE
ANTONIO GRAMSCI (1916-1918)**

**POPULAR EDUCATION FROM THE JOURNALISTIC WRITINGS OF ANTONIO
GRAMSCI (1916-1918)**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.54290>

Anita Helena Schlesener¹

Resumo: A partir dos escritos de Gramsci selecionados da produção teórica de 1916 a 1926, este artigo apresenta algumas reflexões sobre a natureza da educação popular. A importância da organização política da classe trabalhadora para se fundir em torno de um projeto de sociedade e como o pertencimento de classe se constrói pela educação e pela cultura. A educação transcende os limites da escola e se produz ao longo da organização política, nos sindicatos, partido e outras instituições de organização popular como os Conselhos de Fábrica. A importância de o movimento popular produzir um programa escolar concreto a ser contraposto às políticas públicas educacionais como uma das condições para a construção de uma autonomia política. A partir do contexto histórico de Gramsci, delineamos a relação entre cultura e luta de classes, a importância da cultura popular e as características da educação popular a fim de mostrar seu significado político e a sua atualidade.

Palavras-chave: educação. Educação popular. Cultura. Antonio Gramsci.

Resumen: Con base en los escritos de Gramsci seleccionados de la producción teórica de 1916 a 1926, este artículo presenta algunas reflexiones sobre la naturaleza de la educación popular. La importancia de la organización política de la clase trabajadora para fusionarse en torno a un proyecto de sociedad y cómo se construye la pertenencia de clase a través de la educación y la cultura. La educación trasciende los límites de la escuela y se da en toda la organización política, en los sindicatos, el partido y otras instituciones de organización popular como los Consejos de Fábrica. La importancia de que el movimiento popular produzca un programa escolar concreto para oponerse a las políticas educativas públicas como una de las condiciones para la construcción de la autonomía política. Desde el contexto histórico de Gramsci, delineamos la relación entre cultura y lucha de clases, la importancia de la cultura popular y las características de la educación popular para mostrar su relevancia.

Palabras clave: educación. Educación popular. Cultura. Antonio Gramsci.

Abstract: Based on Gramsci's writings selected from theoretical production from 1916 to 1926, this article presents some reflections on the nature of popular education. The importance of the political organization of the working class to merge around a project of society and how class belonging is built through education and culture. Education transcends the limits of the school and takes place throughout the political organization, in labor unions, the party and other institutions of popular organization such as the Factory Councils. The importance of the popular movement producing a concrete school program to be opposed to public educational policies as one of the conditions for the construction of political autonomy. From Gramsci's historical context, we outline the relationship between culture and class struggle, the importance of popular culture and the characteristics of popular education in order to show its relevance.

Keywords: education. Popular education. Culture. Antonio Gramsci.

Introdução

“Oh Jupiter, por que não imprime no rosto de cada homem o sinal invisível de seu caráter?” – exclama Medéia na tragédia de Eurípedes (GRAMSCI, 1975b, p. 77).

O objetivo deste artigo é retomar algumas reflexões a partir dos Escritos Políticos de Antonio Gramsci publicados em jornais italianos entre 1916 e 1926 a propósito da educação popular. Inicialmente relembremos que a educação é abordada aqui em seu sentido amplo, de formação da subjetividade que se produz ao longo de nossa inserção social trazendo, portanto, os sinais de um presente condicionado por fatos e estruturas do passado que marcam a vida social e seus desdobramentos no processo educativo. Pensar a educação popular da perspectiva de Gramsci implica retomar a senda da história e suas determinações políticas que se concretizam no que costumamos chamar de luta de classes. A educação popular, então, não se limita ao ambiente escolar visto que este, no contexto da sociedade capitalista, tem o objetivo de formar para o mercado de trabalho. A escola pública, no contexto social vigente tem, para as classes populares, objetivos que se apresentam na socialização do conhecimento sistematizado, na formação de automatismos que são condição para a liberdade e na apropriação de valores que permitam a vida em sociedade. A escola burguesa está longe de cumprir estes objetivos. No âmbito da luta de classes, a educação se produz no processo de organização política dos trabalhadores urbanos e rurais.

Uma abordagem dos escritos de Gramsci precisa considerar o seu momento histórico e a sua forte inserção no cenário político italiano: embora seus contatos com a imprensa socialista datem de 1908, sua atividade política iniciou-se efetivamente em Turim, a partir do seu contato com jovens meridionalistas como Togliatti e Salvemini, bem como com estudantes como Angelo Tasca e Piero Gobetti. A interlocução com o movimento operário permitiu-lhe ampliar sua visão política e desenvolver uma atividade jornalística de grande efeito no debate político sobre temas como a Questão Meridional, o protecionismo de Giolitti, as polêmicas internas ao PSI e a questão da educação.

Os escritos políticos de 1916 a 1926 enfatizam o controle exercido pelo Estado italiano aos movimentos de massa gerados no processo de organização política dos trabalhadores urbanos e rurais, em confronto com a organização do movimento fascista em ascensão neste período. O político sardo acentua, em um momento de seus escritos que, na Itália, verificava-se um fenômeno próprio de uma sociedade hierárquica e conservadora, cujos representantes políticos primavam pela falta de caráter e de energia moral no processo de direção institucional, atitudes que mostravam a destruição dos elos sociais na estrutura do Estado: a “sociedade tornou-se uma caserna destruída, plena de irresponsabilidade na desordem e no marasmo: toda a atividade dos cidadãos é controlada, peneirada e arruinada pela autoridade” (GRAMSCI, 1975, p. 3). Nesta situação, o movimento fascista toma espaço e a repressão recai sobre as classes operária e camponesa que se empenham na organização do movimento revolucionário. Os confrontos e as disputas políticas marcam a vida social e se agravam com a crise econômica que se estende ao longo dos anos.

A atividade intelectual e política de Gramsci neste período caracteriza-se por analisar a conjuntura política para explicitar a questão da importância da educação da classe operária no sentido de preparar as condições subjetivas da revolução. Entende-se que a subjetividade não é algo natural, psicológico e interior

ao indivíduo isolado, como se apresenta no contexto liberal burguês, mas uma produção sócio-histórica que resulta da inserção social do indivíduo, dos seus elos familiares e sociais, do modo como assimila a tradição e se insere na coletividade.

O conceito de hegemonia já se encontra em germinação nos escritos desta fase, na medida em que o político sardo explicita a função do Estado no contexto da estrutura econômica e social italiana, num cenário em que a luta de classes chega a seu ápice no biênio vermelho e toma um outro sentido com a ascensão do fascismo. A força de seus escritos militantes se apresenta na possibilidade aberta de transformação da sociedade, com um grande esforço de imaginação, na política como na atividade científica: diferentemente da pesquisa científica, que avança entre erros e acertos, a fantasia em política não pode errar, porque “tem por elementos os homens, a sociedade dos homens, as dores, os afetos, a necessidade de vida dos homens”. O erro de estratégia ou de previsão na gestão política põe em risco a vida dos homens e o resultado “é a fome, é a revolta, é a revolução para não morrer de fome” (GRAMSCI, (tradução nossa), 2017, p. 1038).

Desta perspectiva, retomamos alguns escritos sobre a educação e a cultura no processo de formação política dos trabalhadores, cuja importância se apresenta na necessidade de uma autonomia intelectual e uma formação integral que sustente o processo de organização política. A educação, como a cultura, apresenta uma dimensão política que se expressa na organização popular; esta organização, por seu lado, demanda fantasia, para criar elos e compreender as necessidades mais urgentes na luta (hegemônica).

Em seguida, abordamos a questão da educação escolar e sua importância no contexto da educação popular. Suas referências, nesta fase, se voltam aos limites de uma escola tradicional, que expressa a cisão econômica e social entre o Norte industrializado e o Sul camponês, cujas regiões ainda não se apropriaram da língua italiana e que se fecham em torno de dialetos, culturalmente muito ricos, mas restritos aos limites regionais. Educação e cultura são lidas como elementos importantes da luta de classes.

Cultura e luta de classes: a formação das classes populares

Concebo a história como necessidade imanente, que encontra justificação na cultura, nas formas econômicas e nos modos de convivência humana determinados pelo desenvolvimento do passado (GRAMSCI, 1975, p. 262).

Iniciamos com o artigo *Socialismo e Cultura* publicado em *Il Grido del Popolo* em janeiro de 1916, que rebate o intelectualismo e o dogmatismo de certos intelectuais retomando reflexões de Novalis e de Vico para afirmar a importância do conhecer-se conhecendo os outros, ou seja, a necessidade de entender o processo educativo como um processo de inserção social, de tornar o conhecimento um instrumento de emancipação política das classes subalternas pela tomada de consciência dos problemas comuns.

O homem é, sobretudo, espírito, isto é, criação histórica e não natureza. Não se explicaria de outra forma o porquê, tendo sempre existido explorados e exploradores, criadores de riqueza e consumidores egoístas, ainda não tenha sido realizado o socialismo. É que somente de grau em grau, de camada em camada, a humanidade conquistou consciência

do próprio valor e o direito de viver independentemente de esquemas e dos direitos das minorias (GRAMSCI, 1975, p. 24).

Nesta fase de seus escritos, Gramsci acentua a importância da formação cultural em termos de aquisição de conhecimentos, a exemplo do Iluminismo no movimento revolucionário francês: a conquista de direitos e de vida foram alcançadas pela formação de uma consciência crítica, primeiro de alguns e depois de uma classe, ou seja, “toda revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica” e de formação cultural, tendo-se como exemplo a Revolução Francesa e o Iluminismo (GRAMSCI, 1975, p. 24).

As questões culturais são apresentadas e aprofundadas por Gramsci em termos de organização política, tomando a cultura como instrumento de educação e de emancipação política das classes dominadas. Embora contextualizados e inseridos em um debate entre as tendências políticas da época, os escritos sobre a cultura no âmbito da luta de classes são de extrema atualidade para compreender a realidade social destas primeiras décadas do século XXI, bem como refletir sobre a importância da educação popular enquanto emancipação política e ideológica. A explicitação do conceito de cultura tem uma sustentação na luta de classes, a partir da qual se analisa a atuação da escola, seus métodos educacionais e seletivos, bem como a divulgação da literatura, a análise da função dos intelectuais na divulgação de ideologias e a precisão da linguagem em seu sentido metafórico e político.

Desta perspectiva, já neste escrito Gramsci faz a crítica ao modo como o conhecimento é transmitido pela “memorização de dados e datas”, sem a contextualização e a compreensão do meio social no qual as relações são vividas. A memorização, além de supor a existência de uma verdade em si, que pode ser adquirida, ordenada e guardada para ser utilizada no momento apropriado, gera um intelectualismo pedante, que se manifesta na “bagagem intelectual” usada para se indispor com os outros aparentando superioridade (GRAMSCI, 1975, p. 25).

Os programas culturais desenvolvidos na Itália da época de Gramsci demonstram um amorismo e um desconhecimento do que necessitam as classes populares em termos de formação integral, porque são programas que se desenvolvem no formato das escolas regulares, que apenas transmitem informações. Os escritos gramscianos apresentam a preocupação clara com os métodos educacionais adotados, com a postura elitista e distante da cultura popular e com a vulgarização do conhecimento e o empobrecimento do debate. A aprendizagem se concretiza quando os dados intelectuais se fundem com a prática cotidiana permitindo a compreensão do contexto no qual se está inserido, de modo a dar uma direção clara à vida individual e coletiva.

A verdade não existe em si e para si, mas é conquista histórica do espírito e se faz pelo esforço individual e coletivo de encontrar as razões da nossa participação da vida do mundo. Este sentido histórico foi vivido pelas classes populares na primeira grande guerra, que possibilitou a compreensão da necessidade de “preparar um futuro diferente, melhor que o presente”; a guerra lançou “uma luz sobre a história, obrigou a interessar-se pela vida coletiva” e mostrando que a salvação estaria em uma nova ordem (GRAMSCI, 1975, p. 131).

A questão da cultura é tratada em vários artigos no sentido de mostrar que não existe neutralidade a propósito deste tema, como ressaltam os jornais burgueses e liberais como a *Stampa*, que “insiste no caráter

puramente ‘cultural’ e informativo” de suas publicações, como se fossem “bons franciscanos a informar e educar a nação italiana”. Na verdade, o que o jornal faz por meio de seus artigos é “adormecer o senso crítico nos leitores proletários do jornal” (GRAMSCI, 1975, p. 228).

Dilui-se o senso crítico, embota-se a verdadeira tarefa do Estado como organização econômico-política da classe burguesa e as diferentes posições dos partidos diante do Estado. Porém, o Estado italiano não se apresenta como um Estado de classe, tanto pela sua estrutura, quanto pelos representantes da burguesia que se revezam no poder. Para a *Stampa*, o governo Giolitti é inatacável. Entretanto, não existe o “Estado de classe, no qual culmine a eficácia da livre concorrência com o alternar-se no poder dos grandes partidos”, inclusive os defensores dos interesses das categorias trabalhadoras. O que existe é a “ditadura de um homem, expoente dos restritos interesses políticos da região piemontesa que, para manter unida a Itália, impôs à Itália um sistema de dominação colonial centralizada e despótica”, nas mãos de Giolitti e seu grupo, numa situação histórica que se arrasta por vinte anos (GRAMSCI, 1975, p. 232). O que Gramsci nos mostra nesta crítica à *Stampa* é a forma como atuam os meios de comunicação de massa defensores dos interesses da burguesia, no ocultamento dos conflitos sociais, no caso citado, entre Norte e Sul da Itália, dissimulando as nuances da luta de classes e dos antagonismos que permeiam um Estado democrático parlamentar.

Já nestes anos Gramsci salienta a cisão entre economia e política como um dos instrumentos da burguesia no Estado liberal para a defesa de seis interesses de classe:

A divisão entre economia e política é uma necessidade íntima da civilização capitalista; a classe burguesa está fragmentada em uma infinidade de grupos com interesses conflitantes, de modo que o Estado autoritário que equilibra e regula a multiplicidade de atividades é, sozinho, a síntese de toda a classe (GRAMSCI, 1975, p. 223).

A divisão interna e a fragmentação da classe burguesa em categorias ou grupos que se dedicam a setores específicos da produção e da cultura precisam do Estado para unificar-se em momentos de crise ou para defender seus interesses de classe quando em situação de equilíbrio e de livre concorrência. A cultura exerce a função de ocultar a fragmentação em grupos ou setores e deixar ostentar apenas a competição como um desafio de competências individuais. A crise moral se define na postura dos burgueses que, sejam eles anticlericais ou maçônicos, “perderam todo o hábito de raciocinar conforme princípios”, ou seja, “fazem afirmações fragorosas de laicismo, mas terminam sempre por ceder, pois não sabem opor uma atividade laica efetiva à atividade insidiosa dos padres” que, assim, continuam a exercer uma enorme influência educativa sobre as classes populares. Abrem escolas em concorrência com as escolas do Estado” e continuam com sua “propaganda contra a civilização laica e liberal” sendo pagos, “em parte, pela organização política desta mesma civilização” (GRAMSCI, 1975, p. 165-166).

As escolas são laicas, mas ensinam a religião católica; os jornais burgueses da Itália defendem a cultura burguesa e os valores cristãos como a verdade instituída e universal: o tema aparece em um artigo de 1916 intitulado *Simplemente*, com a crítica ao jornal *Momento*, a propósito de uma polêmica sobre o ensino da religião na escola, francamente defendido pelo jornal, que argumenta:

Notou na sua menina qualquer coisa de preocupante e que se possa considerar como uma consequência daquela oração que ela recita todas as manhãs com os seus companheiros de escola? É, talvez, menos obediente e respeitosa em relação a você? Em

casa comete faltas maiores que antes? Porque, se isso não acontece, eu não vejo o motivo de sua preocupação (GRAMSCI *apud* SCHLESENER, 2017, p. 1039).

Gramsci rebate com a carta do pai, mostrando que o ensino da religião na escola se põe em conflito com as convicções mais profundas do pai, que deseja transmitir para a filha, conforme ao que ele próprio considera a verdade. O pai afirma que não aceita pressuposto absoluto no processo de educação: o “único apriorismo indiscutível é o da sinceridade, único pressuposto admissível é o da imparcialidade na pesquisa, na busca cotidiana daqueles elementos que devem servir para fazer dela uma criatura profundamente humana”. E o pai acrescenta que este é “um problema pedagógico que as autoridades deveriam resolver do modo mais liberal, fazendo sim que a escola seja somente uma escola de cultura”, ou seja, o Estado se exime e o jornal aparenta neutralidade ao defender uma situação instituída (GRAMSCI, (tradução nossa), 2017, p. 1040).

A questão da cultura no contexto de sua significação política é abordada num artigo de 1916 intitulado *A boa imprensa*, no qual Gramsci fala do seu espanto ante uma livraria católica que expõe livros que já se encontram na trigésima ou até na quinquagésima edição, sem que a crítica literária ou científica se deem conta do fato. Na verdade, acentua, “não nos importamos muito com este lento trabalho de inundação intelectual devido aos padres”, sem perceber a quantidade de opúsculos, revistas, jornais paroquiais e livros católicos que circulam por toda a Itália formando um modo de pensar (GRAMSCI, 1975b, p. 39). A cultura expressa um modo de viver com resquícios medievais: o “Programa econômico dos católicos é claramente antiliberal e antissocialista”; deseja uma forma de produção pré-capitalista já superada há muito. Na situação de crise, a guerra mundial “acelerará ainda mais a concentração capitalista”, com o desaparecimento das formas de trabalho que a democracia cristã pretende proteger. (GRAMSCI, 1975b, p. 96-7).

O tema da cultura enquanto um aspecto da luta de classes retorna nos escritos sobre a importância de os operários escolherem os jornais que escrevem para a classe trabalhadora e que têm como pressuposto o pensamento crítico. O artigo: *Os jornais e os operários* publicado no jornal *Avanti!* em 22 de dezembro de 1916 pede aos trabalhadores que boicotem os jornais burgueses, porque a escolha de um jornal é uma escolha ideológica: “cada moeda atirada na mão do vendedor” de um desses jornais é como “um projétil oferecido ao jornal burguês que o arremessará depois, no momento oportuno, contra a massa operária”. Isso porque os jornais burgueses “injetam no espírito do leitor os modos de sentir e de julgar os fatos da atualidade política que mais convêm aos produtores e vendedores do papel impresso” (GRAMSCI, 1975, p. 53-55).

O artigo do dia seguinte publicado no mesmo jornal, artigo intitulado: *O que é um jornal burguês*, salienta que este tipo de jornal é apenas o representante de um determinado grupo de interesses do qual é expressão e para o qual recolhe e difunde as notícias, ou seja, também em tempos normais é um “deformador da verdade. E é natural que seja assim, porque o jornal burguês é uma empresa privada”. Seu jornal é uma mercadoria que rende lucros: “ideais, programas, sentimentos e convicções políticas, tudo está subordinado a este fim prático”. E possuem tal poder que “a vontade, o interesse, o cálculo de meia dúzia de proprietários de jornais se impõem ao interesse e à vontade de toda uma população”. Trata-se de um “fenômeno tão

perigoso para a coletividade que, em alguns Estados civilizados e avançados”, houve a necessidade de adotar medidas antitruste, considerando-se tal atividade como uma ameaça pública (GRAMSCI, 1975, p. 55-57).

Gramsci efetiva a crítica a vários jornais da época, inclusive mostrando a irresponsabilidade social de alguns, como a *Gazzetta del Popolo* que, por ocasião da greve geral pelo pão e contra a guerra, realizada em Turim em 21 de agosto de 1917, fala em “conspiração organizada pelo inimigo” e incita as autoridades a “demonstrar energia” contra o movimento (GRAMSCI, 1975, p. 291). Ou seja, há momentos de crise ou de caos econômico ou social que estes jornais manifestam claramente sua posição política.

Esta temática já vem sendo esclarecida desde 1916, como no artigo, ainda no *Avanti!*, intitulado: *A máscara que cai*. Nele Gramsci enfatiza que os limites dos jornais burgueses podem vir à tona nos momentos de grave crise política, como ocorreu na guerra da Líbia e na primeira grande guerra. “Todas as máscaras ideais, bem coloridas e bem planejadas, que cobriam a mercadoria de contrabando dos interesses materiais, caíram”. A máscara da precisão e da veracidade esvaneceu-se e apareceu com clareza a função destes jornais enquanto “órgãos particulares deste ou daquele grupo de empresários e especuladores”: não importa a etiqueta política a qual se vinculam, “encontram-se em completa concordância e em perfeita harmonia” (GRAMSCI, 1975, p. 60).

Este acordo comovente deveria servir para abrir os olhos dos trabalhadores ensinando-os a não acreditar nas aparências, mas a olhar a substância, ensinando-os a deixar os caminhos perigosos e vãos do corporativismo acéfalo e cego, para se lançar com ousadia no terreno político e se opor à dominação da classe dominante para arrancar-lhe o poder (GRAMSCI, 1975, p. 61).

O escrito ressalta novamente a necessidade de alertar aos trabalhadores, para que “neguem qualquer solidariedade e qualquer auxílio aos jornais que expressam uma vontade que se contrapõe à sua vontade”, um interesse contrário aos seus interesses, ou seja, de uma imprensa que “envenena a opinião pública e a conduz pela sua estrada” (GRAMSCI, 1975, p. 61).

O grito das massas contra esta imprensa que as envenenou e traiu e que pretende representar os seus desejos e as suas aspirações deve ser: boicote! [...] O idealismo dos jornais burgueses é uma máscara que cobre o seu egoísmo de classe e os seus interesses comerciais (GRAMSCI, 1975, p. 61).

No contexto da época a organização dos trabalhadores com vistas ao socialismo se apresentava na ordem do dia. Entre as necessidades urgentes para avançar nesta luta estava a criação de uma nova cultura sem a qual não se poderia realizar a plena transformação econômica e política. Os trabalhadores das fábricas demonstravam, no seu cotidiano, a capacidade de assumir todas as responsabilidades neste processo, com uma direção precisa e uma organização da vida coletiva que consistia em trabalho, sofrimento e vontade segura de mudar a ordem social e política. Uma nova cultura sem privilégios, sem rebuscamentos que expressam a hierarquia entre dirigentes e dirigidos, que se produza a partir da vida coletiva das classes populares.

Para tanto, é necessário entender a cultura como relação entre teoria e prática e quais os meios para criar esta cultura: entender que a cultura é fruto de “organização e disciplina do próprio eu interior, tomada de posse da própria personalidade, conquista de consciência superior pela qual se consegue entender o próprio valor histórico, a própria função na vida”, os direitos e os deveres (GRAMSCI, 1975, p. 24). Porque

a subjetividade individual se forma no conjunto das relações sociais e o conhecimento de si implica conviver e conhecer o outro. A cultura não se reduz ao intelectual, mas se apresenta aqui como modo de vida, meio de, participando da organização coletiva, conhecer-se a si próprio e superar o individualismo burguês, base do modo de produção capitalista. A cultura torna-se, assim instrumento de emancipação política pela formação de uma consciência de classe. Conhecer-se a si próprio não é voltar-se sobre si mesmo, mas significa compreender-se como parte de um grupo social, sentir-se solidário com os companheiros deste grupo, fazer parte de sua história e dos esforços que fizeram para serem o que são.

Desta perspectiva, a cultura apresenta-se não apenas como construção do novo, mas como crítica do instituído, crítica que se produz no âmbito da luta e que demonstra as formas mistificadoras que mantém a sociedade capitalista, no modo como a burguesia se apropria da história e elabora a sua cultura divulgando-a pelos meios de comunicação de massa. A crítica a toda postura intelectualista e dogmática, universalizante e atemporal torna-se a base de formação das classes trabalhadoras no seu processo de luta de classes.

Em um artigo de 18 de dezembro de 1917 publicado em *Avanti!*, Gramsci saúda a iniciativa do proletariado de Turim na decisão de criar uma Associação de Cultura, acentuando:

Uma das mais graves lacunas da nossa atividade é esta: esperamos a atualidade dos problemas para discuti-los e fixar o direcionamento da nossa ação. Premidos pela urgência, damos soluções apressadas aos problemas, no sentido que nem todos os que participam do movimento se apropriaram dos termos exatos das questões e, portanto, se seguem a direção fixada, o fazem por espírito de disciplina e pela confiança que nutrem nos dirigentes, mais do que por convicção íntima e por uma espontaneidade racional (GRAMSCI, 1975, p. 144).

Gramsci acentua que uma Associação de Cultura deveria cuidar desta preparação por meio de um debate contínuo sobre problemas filosóficos, religiosos, morais, pressupostos pela ação política, formando convicções e preparando os trabalhadores, a fim de que tenham condições de analisar e decidir sobre os problemas mais urgentes. Realizando esta atividade estariam contribuindo para “dar um golpe na mentalidade dogmática e intolerante criada no povo italiano pela educação católica e jesuíta”. A formação necessária para a organização política dos trabalhadores que esta associação poderia oferecer levaria a superar a falta de solidariedade desinteressada que se instaurou na sociedade italiana, criando um hábito que daria uma grande sustentação ao movimento político (GRAMSCI, 1975, p. 145).

Dias depois, 24 de dezembro de 1917, um novo artigo intitulado *Filantropia, boa vontade e organização* explicita a noção de cultura a ser defendida e aprofundada pelo movimento socialista:

Eu dou à cultura este significado: exercício do pensamento, aquisição de ideias gerais, hábito de articular causas e efeitos. Para mim todos já são cultos porque todos pensam, todos vinculam causas e efeitos. Mas o são empiricamente, primeiramente, não organicamente. Portanto, eles se balançam, se abandonam, amolecem ou se tornam violentos, intolerantes, briguentos, dependendo das circunstâncias e contingências. Para entender-nos melhor, tenho da cultura um conceito socrático: creio que seja um pensar bem qualquer coisa que se pense e, portanto, um realizar bem qualquer coisa que se faça (GRAMSCI, 1975, p. 146).

A este conceito de cultura Gramsci alia a noção de organização, entendida como o trabalho permanente de investigação e de debate dos problemas, com a participação e a contribuição de todos, num movimento no qual “todos são mestres e discípulos” ao mesmo tempo. “Nada é mais eficaz

pedagogicamente que o exemplo ativo a demonstrar aos outros as necessidades” a satisfazer (GRAMSCI, 1975, p. 147).

Cabe acentuar, portanto, que este conceito de cultura implica um trabalho coletivo de construção de uma unidade que pode se expressar em um projeto político compartilhado. Define-se aqui a própria atividade do pensamento, que deixa de ser individual e solitário, para tornar-se um pensamento livre na medida em que construído com a participação de todos. E implica também uma “concepção de história em movimento, que encontra justificação na cultura, nas formas econômicas e nos modos de convivência humana” condicionados pelos acontecimentos do passado (GRAMSCI, 1975, p. 262).

A partir deste pressuposto é que Gramsci aborda a questão da educação popular no contexto da escola, fazendo a crítica tanto à estrutura da escola burguesa quanto a seus métodos, a fim de mostrar o seu propósito político. Uma escola que, já naquele momento histórico desenvolvia o culto da competência e da técnica, dentro dos limites do liberalismo e da separação entre economia e política, como uma necessidade teórica de sustentação do modo de produção capitalista.

A educação popular nos escritos de 1916-1918

O problema da escola é problema técnico e político ao mesmo tempo e, no Estado parlamentar-democrático, este problema é técnico e politicamente insolúvel. (GRAMSCI, (tradução nossa), 2017, p. 1037).

Iniciamos com um artigo de Gramsci sobre educação popular publicado em 1916 com o título: *A primeira pedra*. O artigo trata da finalidade de um Congresso realizado em Milão e que reunia psicólogos, pedagogos, fisiólogos, economistas e parlamentares para debater as seguintes questões: “Como deve ser educado o povo? Como devem ser preparados para a vida do trabalho, que os espera, os jovens da classe operária? Que orientação deve ter o trabalho pedagógico na escola italiana?” (GRAMSCI, (tradução nossa), 2017, p. 1035). Gramsci salienta que estas questões diziam respeito apenas aos trabalhadores, que tinham interesse em uma formação integral.

Que a classe dirigente e os intelectuais que estão a seu serviço queiram impor para as grandes massas de trabalhadores rurais e urbanos um plano de educação que sirva para formar um estado de consciência e uma mentalidade nos conformes de seus objetivos de dominação é coisa muito natural e toda a história das instituições pedagógicas a confirma (GRAMSCI, (tradução nossa), 2017, p. 1035).

Gramsci enfatiza que a educação dos trabalhadores deveria ser assunto dos trabalhadores: “é necessário dar ao programa de educação do povo um conteúdo real, derivado da consciência imediata e direta das suas necessidades e das suas aspirações”. A abordagem de Gramsci parece retomar pontos do escrito de Marx em *A crítica ao Programa de Gotha*, quando salienta que o programa de educação do proletariado deve ser proposto e efetivado pelos próprios trabalhadores por meio de suas instituições de organização política como sindicatos e partido.

Eu coloco primeiro esta nova ideia: a escola popular deve ser colocada sob o controle dos grandes sindicatos operários. O problema da educação é o máximo problema de classe e só pode ser resolvido sob o ponto de vista da classe, que é o único que permite

a valoração proletária das instituições sociais e das leis (GRAMSCI, (tradução nossa), 2017, p. 1036).

Esta é uma condição para a autonomia individual e a organização coletiva dos trabalhadores, ponto de partida para preparar um novo futuro, que substitua a estrutura de violência e de privilégio da sociedade capitalista. E faz-se necessário distinguir o individualismo burguês da atividade coletiva popular: a unidade nascida da organização política é “comunhão de espíritos, colaboração de pensamentos, apoio mútuo no trabalho de aperfeiçoamento individual, é educação recíproca”. Quanto mais organizado estiver o proletariado, maior o seu dever de se educar. A “educação, a cultura, a organização disseminada do saber e da experiência é a independência das massas dos intelectuais” (GRAMSCI, 1975, p. 301).

Esta cultura e esta educação resultam da organização política em movimentos sociais que visam a construir uma nova ordem social, um pensamento livre, compartilhado, a partir de uma experiência de liberdade coletiva. A liberdade de pensamento burguesa é individual, centrada na própria opinião, de modo exclusivista e tirânico. O pensamento livre é construção social e histórica, nascido do debate e do trabalho coletivo pelo qual se chega a uma unidade e a uma verdade (GRAMSCI, 1975).

No artigo *Homens ou máquinas*, publicado em dezembro de 1916 no *Avanti!* Gramsci retoma o debate no interior do Partido Socialista Italiano sobre um programa escolar concreto e afirma que os participantes do debate não avançam em propostas inovadoras. Houve progresso na luta contra o analfabetismo, mas não se seguiu muito além disso. Gramsci acentua que a “escola, na Itália, permaneceu um organismo claramente burguês, no pior sentido da palavra”. O ensino médio e superior, apesar de pago com os impostos públicos, não é acessível aos filhos dos trabalhadores. A “cultura é um privilégio. A escola é um privilégio”. E não pode continuar assim. “Todos os jovens deveriam ser iguais diante da cultura” (GRAMSCI, 1975, p. 58).

A escola média e superior deve ser feita somente para aqueles que saibam demonstrar de serem dignos dela. Se é de interesse geral que ela exista e que seja mantida e regulada pelo Estado, é também de interesse geral que a ela possam ter acesso todos os inteligentes, qualquer que seja a sua potencialidade econômica. O sacrifício da coletividade é justificado somente quando se faz em benefício de quem o merece (GRAMSCI, 1975, p. 58).

E na sequência tem-se uma defesa de uma nova escola para o proletariado, que não tem acesso às escolas média e superior e tem que se contentar com o ensino técnico e profissional, quando não são excluídos também deste campo por motivos econômicos. A escola que interessa aos trabalhadores é a escola de formação integral, ou seja, uma “escola humanista, como a entendiam os antigos e, mais recentemente, os homens do Renascimento”. E Gramsci a denomina escola desinteressada, ou seja, sem o interesse imediato imposto pelo modo de produção e pelas exigências do trabalho. Uma “escola de liberdade e de livre iniciativa e não uma escola de escravidão e de mecanicidade”. Os filhos dos trabalhadores também precisam ter todas as possibilidades para o seu desenvolvimento e para a realização da própria individualidade do modo melhor tanto para si quanto para a coletividade (GRAMSCI, 1975, p. 59).

Segue-se uma crítica à fragmentação do ensino na forma como se entende a formação profissional, cujas escolas parecem “incubadoras de pequenos monstros instruídos aridamente para uma atividade específica, sem ideias gerais, sem cultura geral”. A profissão pode fazer parte de uma formação integral, de

uma “cultura educativa e não somente informativa ou para a prática manual”. E completa: certamente para os industriais pode ser mais útil um operário-máquina do que um operário-homem, mas a formação integral “é um problema de direito e de força” (GRAMSCI, 1975, p. 59).

Do mesmo modo, o programa da Universidade Popular, criticado por Gramsci por ter a mesma estrutura curricular semelhante à das Universidades regulares e pelo problema de sua organização, de critérios informativos. A exposição esquemática das teorias sem o desejo vivo e fecundo de incentivar a crítica e a criatividade transforma as noções em dogmas e não tem repercussão na prática. O ensino, tal como se apresenta na Universidade Popular, é uma “renovação da escola jesuítica, onde o conhecimento é apresentado como qualquer coisa de definitivo e de apoliticamente indiscutível”. A proposta, para ser popular, precisaria transformar a cultura em fogo vivo e o processo de pesquisa em um procedimento de “libertação dos apriorismos e preconceitos, dos resíduos sentimentais e retóricos”, para chegar a conclusões límpidas que despertem o fascínio pelas coisas vitais (GRAMSCI, 1975, p. 63).

Para isso, o que é mais eficaz e interessante é a história da pesquisa, a história desta imensa epopeia do espírito humano que, lenta, paciente e tenazmente toma posse da verdade, conquista a verdade. Como, do erro, se chega à certeza científica. É o caminho que todos devem percorrer. Mostrar como este caminho foi percorrido por outros é o ensinamento mais fecundo de resultados (GRAMSCI, 1975, p. 64).

A escola não pode ser mais um espaço de exclusão social, mas deve dar, além da formação profissional, condições de realização da própria personalidade pelo acesso à cultura geral, direito de toda a coletividade e não apenas de uma classe. A cada artigo ampliam-se os esclarecimentos do que seja a cultura popular que, longe de ser um simples jogo de ideias desvinculadas da prática social, precisam motivar a juventude a uma posição crítica autônoma, capaz de gerar processos de transformação social.

A crítica à civilização capitalista e a luta pela organização da cultura popular implicam a denúncia do caráter excludente da escola oficial, a crítica às universidades populares que reproduzem e arremedam as universidades tradicionais e a crítica aos jornais burgueses como formadores do senso comum e desmobilizadores das classes trabalhadoras. A luta de classes indica a necessidade de criar instrumentos populares de educação permanente, que promovam o debate em torno de temas urgentes que caracterizam as lutas sociais e possibilitem a formação de um coletivo unificado em torno de propostas políticas transformadoras.

A organicidade do processo educativo é alcançada no movimento social e político de luta por novas condições de vida ou por uma nova ordem social e política. Foi assim que o movimento operário de Turim, por meio de suas instituições, criou uma Associação de Cultura, por sentirem a “necessidade de integrar a atividade política e econômica com um órgão de atividade cultural” (GRAMSCI, 1975, p. 144). Depreende-se daqui que a cultura não se produz sozinha, insere-se na ordem estrutural e articula-se com o político e o econômico. Tal é necessário acentuar para entender que, mesmo reforçando a questão da formação humana com um acento voluntarista nesta fase de seus escritos, Gramsci tem como pressuposto a organização dos trabalhadores no âmbito da luta de classes por uma nova ordem social e política.

Nas entrelinhas da sua defesa de uma educação integral percebe-se a gestação de um conceito de democracia popular que se apresenta na tarefa dos dirigentes e no seu distanciamento das massas a partir de

um princípio de autoridade que Gramsci expressa na “questão dos intelectuais”, que “representam um peso morto no movimento” criado pela Associação de Cultura. Acentua que “falta ao povo italiano o espírito de solidariedade desinteressada, o amor pela livre discussão”, elementos que o movimento, por meio de seus dirigentes, deveria despertar. O debate intelectual é necessário para que todos os participantes do movimento se apropriem dos termos exatos das questões, conheçam todas as alternativas que se apresentam e deliberem em comum, aprofundando a teoria e reforçando a ação. O trabalho coletivo, a promoção da vontade social, dependem desta vivência democrática (GRAMSCI, 1975, p. 145).

Desta perspectiva, a escola apresenta limites que precisam ser apontados: em artigo de 1916 denominado *Deformações*, Gramsci diz não entender por que as “crianças de oito ou nove anos precisam ser violentamente constrangidas no hábito físico de marchar com passo de ganso” ou no costume mental de repetir infinitas vezes banalidades e cançõeszinhas que nada significam. Acentua que lhe agrada ver as “crianças brincarem porque ali são livres em suas atitudes”; sua “imaginação cria mundos fictícios que não têm lógica ou códigos e os coloca em ação”. Porém, aparece sempre alguém que “impede que a sua vida de expanda” (GRAMSCI, 1975b, p. 44).

O problema da escola se coloca como uma função necessária da sociedade e de responsabilidade do Estado e, numa nova ordem social e política, a “escola representará uma das atividades públicas mais importantes e essenciais”. Uma nova escola, para educar as novas gerações de forma integral (GRAMSCI (tradução nossa), 2017, p. 1038). Este tema, retomado nos *Cadernos do Cárcere*, amplia-se a partir das experiências que Gramsci assinala no contexto do Estado dos Conselhos. Uma escola que possibilite a formação de um pensamento autônomo e de uma emancipação política no âmbito de uma nova democracia:

Tiremos das classes dirigentes a educação do povo, que os direciona para a obra de destruição e de sangue, e teremos feito o primeiro e decisivo passo em direção a uma nova era, que é o propósito constante de nossos corações (GRAMSCI (tradução nossa), 2017, p. 1037).

Com esta proposição concluímos, retomando a questão da educação e da cultura num percurso construído nos primeiros escritos de Gramsci. A educação popular precisa estar nas mãos dos trabalhadores, em defesa dos seus interesses de classe. Em tempos de crise, é bom lembrar que “a luta de classes chega, a um certo ponto, a uma fase” na qual os trabalhadores, “não encontrando mais na legalidade burguesa a garantia e a defesa elementar de seu direito elementar à vida, à liberdade, à integridade pessoal, ao pão cotidiano,” é forçada a lutar pela própria integridade e “criar o seu próprio aparelho de resistência e defesa” (GRAMSCI, 1978, p. 86). Esta é uma necessidade histórica quando o modo de produção capitalista chega a um ponto de destruição das forças produtivas, como se percebe com a implementação do neoliberalismo.

O tema da educação e da cultura, articulado com o econômico e o político, tal como abordado por Gramsci no início do século XX, aponta caminhos para pensarmos a educação popular em tempos de neoliberalismo no Brasil, quando a educação pública vem sofrendo um ataque cerrado da parte dos neoconservadores. Retomar seus escritos alimentam a luta por tempos melhores.

Breve conclusão

As notas acima, que retomam uma reflexão sobre a educação popular que, embora bem circunstanciada quando o embate entre as organizações dos trabalhadores na luta revolucionária e a ascensão do fascismo na Itália estão em curso, são importantes para explicitar as diversas propostas de educação e os objetivos aos quais elas respondem. A importância de o movimento popular produzir um programa escolar concreto a ser contraposto às políticas públicas educacionais, elaboradas a partir de interesses que visam a formação para o mercado de trabalho ou o empresariamento da educação, é uma das condições para a construção de uma autonomia política. A análise do esquema dualista da escola burguesa (a fim de manter a separação entre dirigentes e dirigidos) e a crítica aos processos seletivos por ela adotados, que limitam o acesso ao conhecimento, são de grande atualidade para a realidade brasileira.

Gramsci se contrapõe a um sistema escolar excludente, que mutila os homens e impede a sua criatividade e a sua contribuição efetiva para a sociabilidade vigente. E a contradição desta escola é duplicada quando se esclarece que ela é mantida às expensas da população que paga regamente os impostos: os trabalhadores contribuem para a criação e manutenção de um sistema escolar que efetiva a divisão histórica entre trabalho manual e trabalho intelectual, ensino técnico e científico, a fim de perpetuar uma estrutura social excludente. Daí a importância de os trabalhadores se organizarem e prepararem dirigentes e educadores a partir de seus próprios quadros sociais.

O mesmo se pode dizer em relação à cultura: esta, assim como todo o conhecimento historicamente produzido, não é propriedade das classes dirigentes. Estas, na medida de seu poder econômico e político, podem até abrir mão do conhecimento: em um artigo de 1917, intitulado *O privilégio da ignorância*, Gramsci acentua que a burguesia, na sua grande maioria, pode se dar ao luxo de ser ignorante, porque o seu mundo é feito de muitos outros privilégios que garantem a sua situação social. Para os trabalhadores, porém, apropriar-se do conhecimento de modo crítico é fundamental para a sua independência política. O saber é a via de emancipação política e de transformação da sociedade. Por isso, o problema da educação das classes populares é um problema de liberdade (GRAMSCI, 2015).

Para tanto, o processo de organização política precisa ser complementado com a educação escolar. O que Gramsci propõe é uma escola sem privilégios na qual se efetive a possibilidade de formação integral concedida a todos, viável somente em uma nova ordem social e política. Uma escola laica, garantida pelo Estado, mas com propostas curriculares construídas a partir do interesse e da participação das classes populares.

Assim também os jornais (e, com os novos meios de comunicação, toda a instrumentalização digital) não são neutros, são instrumentos de luta movidos por ideias e interesses que estão em contraste com os interesses das classes populares. A crítica gramsciana à imprensa burguesa e católica na Itália do início do século XX continua sendo atual e nos mostra a necessidade da crítica ante as dimensões ideológicas avassaladoras que tomaram estes instrumentos. A crítica à sociedade capitalista nas novas dimensões que assume a ideologia mostra que a luta pela cultura popular, assim como por uma nova escola, são pontos

fundamentais para a organização de movimentos sociais que proponham um caminho alternativo a esta sociedade.

Estas questões são retomadas e aprofundadas nos *Cadernos do Cárcere*, nos quais Gramsci examina a questão da educação enquanto “repensa as práticas revolucionárias nos países capitalistas de institucionalidade condensada sob a dominância imperialista” tendo como pressuposto a experiência dos Conselhos de Fábrica, a fim de refletir sobre a “capacidade orgânica das classes trabalhadoras de construir uma nova *civiltà*” (DIAS, 1996, p. 107).

Referências:

- DIAS, Edmundo Fernandes (et.al.). **O Outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. **Scritti Giovanili (1914-1918)**. Torino: Einaudi, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. **Sotto la Mole (1916-1920)**. Torino: Einaudi, 1975b.
- GRAMSCI, Antonio. **Socialismo e fascismo – L’Ordine Nuovo 1921-1922**. Torino: Einaudi, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Torino: Einaudi, 1978b.
- GRAMSCI, Antonio. **Scritti 1917**. Edizione Nazionale. Roma: Enciclopedia Treccani, 2015.
- SCHLESENER, Anita Helena. As nuances da censura: escritos políticos de Antonio Gramsci de 1916 a 1918 (Tradução). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 387-396, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>.
- SCHLESENER, Anita Helena. Antonio Gramsci: escritos sobre educação e política (1916-1919) (Tradução). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 1035-1040, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>.

Notas

¹ Doutora em História. Pós-doutorado em educação (Unicamp). Docente do mestrado e doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Docente de filosofia política e estética da UFPR (1976-2005). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9617648836292663>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2768-5858>. E-mail: anitahelena1917@gmail.com.

Recebido em: 1º de maio 2023

Aprovado em: 21 de jul. 2023